

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), de trituradores de vidro destinados ao processamento e trituração de garrafas e resíduos vítreos para os municípios consorciados ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Alto Rio Pardo (COMAR).

1.2. O objeto possui natureza de bem comum, pois suas especificações podem ser definidas objetivamente com base em padrões usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, abrangendo entrega, instalação, treinamento e período de garantia.

1.4. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período mediante comprovação de vantajosidade, admitindo-se a renovação do quantitativo registrado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que compõe este Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que compõe este Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Especificações técnicas e quantidades.

4.1.1. As especificações técnicas e a quantidade estimada de 19 (dezenove) trituradores de vidro constam do Anexo I deste Termo de Referência. Os principais requisitos mínimos do equipamento são:

4.1.1.1. Equipamento novo destinado ao processamento e trituração de garrafas de vidro com capacidade mínima de produção de 1.000 kg/h.

4.1.1.2. Motor elétrico monofásico e bifásico, tensão de 127/220 V, potência mínima de 4 CV (2 polos), frequência de 60 Hz, montado sobre suporte com esticador de correias.

4.1.1.3. Abertura do funil de alimentação mínima de 250 mm (largura) × 380 mm (comprimento), com cortina de proteção em acrílico e funil em curva de 45°.

4.1.1.4. Distância mínima de 1.200 mm entre o funil de entrada e o rotor de corte e altura mínima de alimentação de 1.600 mm.

4.1.1.5. Sistema de corte com tambor rotor contendo, no mínimo, 28 martelos rotativos balanceados dinamicamente e tratados termicamente; rotação mínima de 750 rpm; dois mancais laterais reforçados com pontos externos de lubrificação.

4.1.1.6. Peneira classificatória com malha nº 22 mm intercambiável, acompanhada de malhas sobressalentes nº 10 mm e nº 35 mm.

4.1.1.7. Caixa reservatório com capacidade mínima de 30 litros, dotada de quatro rodas para movimentação, porta de acesso e sensor de fim de curso para segurança.

4.1.1.8. Painel de controle com proteção contra sobrecarga e sistema térmico, botão de liga/desliga, botão de emergência, botão de reset e LED sinalizador, em conformidade com as normas NR-10 e NR-1.

4.1.1.9. Estrutura do equipamento em aço SAE 1020 com isolamento, visor em acrílico e pintura especial; peso aproximado de 235 kg e dimensões mínimas de 850 × 850 × 1.750 mm.

4.1.1.10. Manual impresso, laudos de conformidade com NR-10 e NR-12 e ART do engenheiro responsável; garantia mínima de 12 meses ou 600 horas de operação; fornecimento de peças originais e assistência técnica em todo o território brasileiro; e treinamento operacional de, no mínimo, quatro horas.

4.2. Garantia dos bens e assistência técnica.

4.2.1. A contratada deverá assegurar, sem ônus adicional para a Administração, garantia mínima de 12 (doze) meses ou 600 horas de operação para cada triturador, contados do recebimento definitivo.

4.2.2. A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, vícios de qualidade, inadequação de materiais e falhas de instalação.

4.2.3. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá realizar reparos ou substituir peças e disponibilizar assistência técnica em todo o território nacional, sem custos de deslocamento, frete ou mão de obra. Deverá também fornecer treinamento operacional mínimo de 4 quatro horas em cada município beneficiado e canais formais de atendimento para suporte pós-venda.

4.3. Subcontratação.

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, total ou parcialmente.

4.4. Garantia contratual.

4.4.1. Não será exigido recolhimento de garantia de execução, de forma a evitar acréscimo de custos, já que os bens são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Entrega e critérios de aceitação.

5.1.1. A entrega dos equipamentos ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de ordem de fornecimento pelos municípios consorciados.

5.1.2. O prazo de entrega de cada equipamento será de até 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data de recebimento da solicitação.

5.1.3. Os equipamentos deverão ser entregues nos locais indicados, sem custo adicional de transporte ou instalação.

5.1.4. O recebimento provisório será realizado no prazo de 2 (dois) dias, para verificação de conformidade com este Termo de Referência e com a proposta.

5.1.5. Constatado descumprimento das especificações, a contratada deverá substituir ou ajustar o equipamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

5.1.6. O recebimento definitivo será feito em até 2 (dois) dias após a verificação da qualidade e quantidade do material.

5.1.7. As condições de recebimento incluem: (a) verificação de que a quantidade está de acordo com a nota de empenho ou ordem de fornecimento; (b) conformidade das especificações técnicas; (c) conferência de modelo/ lote na nota fiscal; e (d) registro de qualquer anormalidade para fins de rejeição ou substituição.

5.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não extingue a responsabilidade da contratada por vícios ou irregularidades no cumprimento do contrato.

5.2. **Gestão do contrato.**

5.2.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021.

5.2.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma será prorrogado pelo tempo correspondente, mediante apostila.

5.2.3. As comunicações entre COMAR e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se meios eletrônicos.

5.2.4. O contrato será acompanhado e fiscalizado por gestores e fiscais designados, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. **Fiscalização do contrato.**

5.3.1. Os fiscais do contrato monitorarão a execução, registrando ocorrências e notificando a contratada para correção de irregularidades.

5.3.2. A fiscalização não exime a contratada de responsabilidade civil e criminal por danos causados à contratante ou a terceiros.

5.3.3. Em caso de descumprimento das obrigações, serão observadas as disposições dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e aplicadas as sanções previstas no edital.

6. **ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O valor estimado para a aquisição de 19 (dezenove) trituradores de vidro é de R\$ 782.800,00 (setecentos e oitenta e dois mil e oitocentos reais), resultante do valor unitário de R\$ 41.200,00 utilizado como referência no ETP. Ressalta-se que o valor estimado tem caráter indicativo e será atualizado por pesquisa de preços na fase externa da licitação, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

7. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

7.1. O fornecedor será selecionado mediante licitação na modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de **julgamento pelo menor valor por item.**

7.2. O fornecimento será parcelado, conforme solicitações dos municípios consorciados.

7.3. Parcelamento e reserva de cotas.

7.3.1. O objeto é divisível, devendo ser adjudicado por item, de acordo com a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União. **Não haverá reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)**, conforme fundamentado no ETP, pois a reserva de cota poderia comprometer a vantajosidade econômica e aumentar a complexidade operacional. Lotes de valor estimado até R\$ 80.000,00 poderão ser destinados exclusivamente a ME/EPP, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Por tratar-se de licitação por Sistema de Registro de Preços, a dotação orçamentária será indicada em documento específico (contrato, nota de empenho, autorização de fornecimento ou equivalente) de responsabilidade de cada município consorciado que aderir à ata de registro de preços.

9. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

9.1. Qualificação técnico operacional e profissional

9.1.1. Atestados de Capacidade Técnica – Fornecimento de Equipamentos

9.1.1.1 Apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de equipamentos idênticos ou tecnicamente equivalentes ao objeto da licitação. Os atestados deverão conter, no mínimo: Descrição detalhada dos equipamentos fornecidos; Quantidade e valor total do fornecimento; Prazo de entrega efetivamente cumprido; Declaração de desempenho satisfatório, qualidade e atendimento às exigências contratuais; Identificação completa do emitente, com dados de contato para eventual diligência; Elementos que evidenciem a regularidade, boa conduta e capacidade técnica da empresa.

9.1.2 Laudo Técnico de Conformidade com a NR-12

Apresentação de laudo técnico emitido pelo fabricante ou por representante autorizado, atestando que o equipamento atende integralmente aos requisitos de segurança da Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), vigente no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

9.1.3 Manuais Técnicos do Equipamento (Conforme NR-12)

Apresentação dos manuais técnicos oficiais do equipamento, contendo, no mínimo:

- Manual de operação;
- Manual de manutenção;
- Manual de peças e componentes;
- Demais documentos técnicos fornecidos pelo fabricante.

9.1.4. Certidão de Registro no CREA

Apresentação de certidão atualizada de registro da empresa licitante e de seu responsável técnico junto ao Conselho Regional de Engenharia (CREA), comprovando regularidade e habilitação legal para o exercício das atividades técnicas compatíveis com o objeto da licitação.

9.2. Regularidade/qualificação fiscal, social e trabalhista

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

9.2.2. Prova de regularidade relativa a Créditos tributários Federais e à Dívida Ativa da União, unificada com a Seguridade Social (INSS), emitida pela Receita Federal, consoante portaria conjunta RFB/PGFN nº 1.751 de 02/10/2014.

9.2.3. Comprovação de Regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio da Certidão Negativa de Débitos Estadual, relativo ao domicílio do licitante, ou outra equivalente que comprove a regularidade da licitante.

9.2.4. Comprovação de Regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio da Certidão Negativa de Débitos Municipal, relativo ao domicílio do licitante, ou outra equivalente que comprove a regularidade da licitante.

9.2.5. Comprovante de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, através do Certificado de Regularidade de Situação FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

9.2.6. Comprovante de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos ou documento equivalente que comprove a regularidade.

9.3. Regularidade/qualificação jurídica

9.3.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

9.3.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

9.3.5. Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.4.2. a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.4.3. a.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.4.4. a.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.4.5. a.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.4.6. a.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.4.7. b) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.4.8. c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.4.9. NOTA: O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.4.10. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

-EM CASO DE COOPERATIVAS, SERÁ EXIGIDA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: f.1) ata de fundação;

f.2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais

ou nas reuniões seccionais; e

f.6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

9.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR E DECLARAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO

9.5.1. Quanto a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

9.5.2. Quanto ao enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

9.5.3. Quanto ao pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do processo;

9.5.4. Quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

9.5.5. Quanto ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor);

9.5.6. Quanto a sua proposta econômica compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas, de que trata o Art. 63, §1º da Lei Federal 14.133 de 2021.

18.4.6.1 Apresentação de declaração de Assistência/Estrutura técnica própria ou credenciada no Território Nacional. Apresentação de documentação comprobatória da existência de estrutura física, logística e equipe técnica qualificada em território nacional, apta à prestação de assistência técnica e ao fornecimento de peças de reposição.

9.5.7. Declaração de Garantia Técnica e Suporte Pós-Venda, assegurando garantia mínima de 12 (doze) meses, abrangendo peças e serviços, com atendimento técnico em até 48 (quarenta e oito) horas úteis após comunicação formal de falha.

9.5.8. Catálogo Técnico, Folder ou Registro Fotográfico do Equipamento-Apresentação de catálogo técnico ilustrado, folder comercial, manual ou registro fotográfico do equipamento ofertado, contendo: Identificação do modelo e do fabricante; Principais características técnicas e Desenhos, esquemas ou imagens ilustrativas que permitam a conferência do objeto.

9.5.9. Apresentação dos documentos referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), apresentar as certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, conforme disposto no Art. 91, § 4º da Lei Federal 14.133/2021 (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.5.10. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

9.5.11. As consultas de que tratam os subitens 1.1.7 e 1.4.8 deste tópico poderão ser realizadas pelo Pregoeiro durante a sessão de julgamento.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta;
- 10.2. Efetuar o pagamento conforme estabelecido;
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, registrando falhas detectadas;
- 10.4. Comunicar à contratada qualquer anormalidade, podendo recusar equipamentos em desacordo com este Termo de Referência;
- 10.5. Notificar previamente a contratada quando da aplicação de penalidades.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer os equipamentos de acordo com as condições, especificações e preços registrados, entregando-os em perfeitas condições, acompanhados de nota fiscal com indicação de marca, fabricante, procedência, número do contrato e dados bancários.
- 11.2. Comunicar ao ente adquirente irregularidades observadas e prestar esclarecimentos; fornecer manuais de operação e manutenção em português em duas vias e meio eletrônico; fornecer relação de ferramentas e lista de peças de reposição para dois anos, quando aplicável; aceitar alterações no quantitativo contratado conforme Lei nº 14.133/2021;
- 11.3. Corrigir, às suas expensas, vícios ou incorreções; e responsabilizar-se civil e criminalmente por danos causados à contratante ou a terceiros.

12. REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

- 12.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante 12 (doze) meses contados da data da proposta. Após esse período, poderão ser reajustados anualmente pelo índice IPCA, exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Em caso de atraso ou não divulgação do índice, será aplicada a última variação conhecida, ajustando-se posteriormente à divulgação do índice definitivo.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado de forma parcelada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura devidamente atestada. A nota fiscal deverá estar acompanhada de comprovantes de regularidade fiscal, conforme previsto no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Havendo erro nos documentos ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento será suspenso até que a contratada sane as pendências, sem ônus para a contratante.
- 13.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária. Antes de cada pagamento, será realizada consulta aos sítios oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada. Persistindo a irregularidade após notificação e prazo para defesa, poderão ser adotadas medidas para rescisão contratual. Será efetuada retenção tributária prevista em lei, exceto para optantes pelo Simples Nacional que comprovarem essa condição.

14. APÊNDICES

ANEXO I – Planilha de Especificações Técnicas e Quantidades (constante deste documento).

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar.

Taiobeiras/MG, 24 de março de 2026.

Clécio Teixeira Álvés
Agente de Contratação
COMAR



19 ANEXO I – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADES

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Triturador de vidro – Equipamento novo destinado ao processamento e trituração de garrafas de vidro, com capacidade mínima de 1.000 kg/h; motor elétrico monofásico/bifásico 127/220 V, potência mínima de 4 CV; abertura do funil mínima de 250 mm × 380 mm com cortina de proteção e funil em curva de 45°; distância mínima de 1.200 mm entre o funil e o rotor e altura mínima de alimentação de 1.600 mm; tambor rotor com no mínimo 28 martelos rotativos, rotação mínima de 750 rpm; peneira classificatória com malhas intercambiáveis (#22, #10 e #35 mm); caixa reservatório de 30 L com rodas e sensor de fim de curso; painel de controle conforme normas NR-10 e NR-1; estrutura em aço SAE 1020 com visor em acrílico; peso aproximado de 235 kg e dimensões de 850 × 850 × 1.750 mm; fornecimento de manual e laudos de conformidade NR-10/NR-12, garantia mínima de 12 meses/600 horas, peças originais e assistência técnica no Brasil; treinamento operacional de 4 horas.	UN	19